

Adriano Marteleto Godinho

DIREITO AO PRÓPRIO CORPO

**DIREITOS DA PERSONALIDADE E OS
ATOS DE LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA**

Curitiba
Juruá Editora
2014

ADRIANO MARTELETO
GODINHO

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-4898-1

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Godinho, Adriano Marteleto.

G585 Direito ao próprio corpo: direitos da personalidade
e os atos de limitação voluntária./ Adriano Marteleto
Godinho./ Curitiba: Juruá, 2014.
472p.

1. Personalidade (Direito). I. Título.

CDD 346.012 (22.ed.)
CDU 342.7

000146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

Capítulo I – PERSONALIDADE E SUA REALIZAÇÃO À LUZ DO PRIMADO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	19
---	-----------

1.1	Personalidade e as Pessoas Naturais: os Seres Humanos como Razão de Ser do Direito	20
1.2	Início da Personalidade das Pessoas Naturais	29
1.2.1	As teorias que versam sobre a aquisição da personalidade	29
1.2.2	A defesa da adoção da teoria concepcionista pelo ordenamento jurídico brasileiro	31
1.2.3	Os reflexos da concepção do nascituro como pessoa sobre os direitos da personalidade	35
1.3	Personalidade e as Pessoas Jurídicas: o Critério da Tecnicidade	36
1.4	O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e suas Dimensões	38
1.4.1	O conceito de dignidade	38
1.4.2	A conexão entre a dignidade e a personalidade: as bases para a construção de uma teoria sobre as limitações voluntárias dos direitos da personalidade	49
1.5	O Direito ao Desenvolvimento e à Realização da Personalidade	52
1.6	O Fim da Personalidade das Pessoas Naturais	57

Capítulo II – OS DIREITOS DA PERSONALIDADE	63
---	-----------

2.1	Conceito e Noções Gerais	63
2.1.1	O sentido e a consagração dos direitos da personalidade	63
2.1.2	As concepções monista e pluralista dos direitos da personalidade	69
2.1.3	Direitos da personalidade e direitos fundamentais	70

2.2	Características: o Regime Especial dos Direitos da Personalidade.....	71
2.3	A Relativa Disponibilidade dos Direitos da Personalidade	80

Capítulo III – AUTONOMIA PRIVADA, CONSENTIMENTO E O EXERCÍCIO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE..... 89

3.1	Da Autonomia da Vontade para a Autonomia Privada: uma Necessária Evolução.....	89
3.2	Autonomia Privada como Meio de Desenvolvimento da Personalidade	96
3.3	O Consentimento: Capacidade para Manifestá-lo e suas Espécies	98
3.3.1	A formação válida do consentimento: o denominado consentimento informado.....	100
3.3.1.1	Os elementos mínimos do consentimento.....	105
3.4	O Consentimento Presumido	115
3.5.	A Matéria no Código de Ética Médica	120
3.5.1	O direito de não informar e o direito de não ser informado	121
3.5.2	A revogabilidade do consentimento em matéria de direitos da personalidade	125
3.5.3	Direitos da personalidade e o consentimento dos incapazes: a insuficiência dos critérios legais e o apelo à “capacidade para consentir”	130

Capítulo IV – O REGIME DAS LIMITAÇÕES VOLUNTÁRIAS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO ORDENAMENTO BRASILEIRO..... 141

4.1	Limitações Voluntárias: Definição e Natureza Jurídica.....	141
4.2	Limitações Voluntárias, Conformação do Objeto do Direito por seu Titular, não Exercício do Direito e Autocolocação em Perigo: Distinções Fundamentais	150
4.3	O Problema Concretamente Suscitado: os Termos do Art. 11 do Código Civil.....	153
4.4.	Por Um Critério Científico: os Limites do Ordenamento Brasileiro.....	161
4.4.1	Irrenunciabilidade e o núcleo duro dos direitos da personalidade	162
4.4.2	Lei	164
4.4.3	Ordem pública.....	169
4.4.4	Bons costumes	176
4.4.5	O necessário retorno à dignidade da pessoa humana.....	182
4.4.6	Solidariedade	192

4.5	O Contributo do Direito Constitucional: Breves Incursões	201
4.5.1	Colisão (ou conflito) de direitos e a técnica da ponderação	202
4.5.2	Restrições aos direitos fundamentais	212

Capítulo V – LIMITAÇÕES VOLUNTÁRIAS E O DIREITO À INTEGRIDADE FÍSICA

5.1	Integridade Física e Direito ao Próprio Corpo: Contornos Existenciais e Legais	224
5.2	Disposição do Corpo em Vida e o Conteúdo do art. 13 do Código Civil	228
5.2.1	Atos decorrentes de exigência médica	229
5.2.2	Vedação às limitações voluntárias que afrontem os bons costumes ou que importem diminuição permanente da integridade física	231
5.3	As Modificações Corporais para Fins Puramente Estéticos	233
5.4	Disposição do Próprio Corpo e Liberdade Sexual: Sadomasoquismo e Prostituição	236
5.5	Castração e Esterilização	240
5.6	Gestação de Substituição	252
5.7	A Comercialização de Partes Separadas do Corpo Humano	256
5.8	A Licitude dos Transplantes no Brasil e as Condições Impostas pela Lei 9.434, de 1997	259
5.8.1	Requisitos subjetivos	265
5.8.2	Requisitos objetivos	271
5.8.3	Requisitos procedimentais e a manifestação do consentimento	276
5.8.4	A gratuidade do ato	279
5.9	Transexualidade e Redesignação Sexual	286
5.9.1	Princípios e normas que regem o tema no ordenamento brasileiro	291
5.9.2	A cirurgia de redesignação sexual	293
5.9.3	Efeitos jurídicos da mudança de sexo	297
5.9.4	Os projetos de lei em tramitação sobre o tema no Brasil	307
5.9.5	O papel da jurisprudência brasileira em tempos de omissão legislativa	311
5.9.6	A redesignação sexual como manifestação dos direitos à saúde e à integridade física e psicológica dos transexuais	323
5.10	As Experimentações Científicas Realizadas em Seres Humanos	325
5.11	Submissão e Recusa a Tratamento ou Cirurgia	349
5.11.1	O direito fundamental à liberdade de consciência e de crença e a objeção de consciência	356

5.11.2 A legítima recusa ao tratamento médico com base na liberdade de consciência e de crença (em especial, os casos das greves de fome e das Testemunhas de Jeová)	365
5.11.3 Os precedentes legais e jurisprudenciais	381
5.11.4 A recusa ao tratamento médico manifestada pelos representantes legais de pacientes incapazes	397
CONCLUSÕES	405
REFERÊNCIAS	423
REFERÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS	447
DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	451
ÍNDICE ALFABÉTICO	455